HABEAS CORPUS Nº 570.020 - MG (2020/0077937-2)

RELATOR	**:**	**MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE	:	RONICELES MEIRELES MAIA E OUTRO
ADVOGADOS	:	ARNALDO DONERIS DE OLIVEIRA - MG183927 RONICELES MEIRELES MAIA - MG195348
IMPETRADO	:	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE	:	RAPHAEL FERREIRA SANTOS VIRGILINO (PRESO)
INTERES.	:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAPHAEL FERREIRA SANTOS VIRGILINO em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

O paciente teve sua prisão preventiva decretada no dia 22/7/2019, pela suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal, cuja captura ocorreu no dia 19/3/2020.

Asseveram os impetrantes que a prisão é ilegal, porque estão ausentes os requisitos e fundamentos ensejadores do acautelamento do paciente, pois foi cumprida sem que fosse sequer revisada a sua necessidade, conforme prevê o art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal, que impõe a revisão da manutenção da preventiva a cada 90 dias.

Requer a concessão da ordem liminar a fim de que seja revogada a prisão preventiva do paciente ante ilegalidade da prisão, aplicando-se medidas cautelares diversas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

Edição nº 2883 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 02 de Abril de 2020 Publicação: Sexta-feira, 03 de Abril de 2020
Código de Controle do Documento: 064A7FBE-1642-4273-91E5-D81BC822E55C

> PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. **1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**
>
> [...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

> Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus***.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

Edição nº 2883 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 02 de Abril de 2020 Publicação: Sexta-feira, 03 de Abril de 2020
Código de Controle do Documento: 064A7FBE-1642-4273-91E5-D81BC822E55C